

**Alimentação
é Direito!**



SEMINÁRIO | A construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e inclusivos -

Diálogo com os pés no chão no âmbito das prioridades para Portugal e para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

16 de março | 9h30

OPERADORES DO PROGRAMA



PROMOTORES DO PROJETO



COM A PARTICIPAÇÃO



COFINANCIAMENTO



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural



The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



PARCEIROS DE APOIO



Contexto do seminário

Estima-se que cerca de 48 milhões de europeus estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, sem conseguirem satisfazer as suas necessidades alimentares básicas. Estima-se, também que mais da metade da população adulta esteja com excesso de peso, contribuindo para uma elevada prevalência de doenças associadas a fatores de risco ligados à alimentação inadequada, o que implica custos de saúde [dados pré covid19].

Em Portugal, mais de [2 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza ou exclusão social](#), o que coincide com cerca de 20% da população a sofrer, em diferentes intensidades e duração, de insegurança alimentar [dados pré covid19]. De acordo com a Direção Geral de Saúde (2015), "em períodos como o que vivemos atualmente, de crescentes desigualdades na distribuição de rendimento e elevadas taxas de pobreza, será de esperar um impacto significativo no consumo alimentar e no estado de saúde da população, comprometendo o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos e criando um "problema sério no âmbito da saúde pública". A atual pandemia está já a agravar esta situação de forma duradoura, aumentando a prevalência de [insegurança alimentar](#) moderada e severa.

Esta situação tem um impacto significativo nas economias territoriais pela diminuição da produtividade, o aumento do absentismo laboral, encargos com a saúde, entre outros. Em muitos territórios, este custo pode representar cerca 5% do valor da produção interna gerada, segundo estimativas da FAO, condicionando fortemente o desenvolvimento e a competitividade territorial, num contexto de crescente descentralização política, económica e administrativa, e que coloca os serviços públicos locais sob novas pressões.

Contudo, diversos municípios encontram-se a desenvolver iniciativas setoriais visando uma maior sustentabilidade nos seus sistemas alimentares. É, aliás, neste nível que se verifica maior dinamismo e inovação, estando reunidas algumas condições para passar de ações setoriais para políticas alimentares locais mais sistémicas, multi-setoriais e inclusivas, ou seja, com uma abordagem territorial adequada aos desafios existentes, tal como recomendado pelo

Painel de Alto Nível do Comité Mundial de Segurança Alimentar e Nutricional das Nações Unidas.

Estas políticas e os seus planos de ação podem estar na base de novos investimentos locais coerentes para a transformação do sistema alimentar para os quais o poder local precisa de apoio. **Embora a União Europeia tenha lançado recentemente a Estratégia da "Do Prado ao Prato", com o objetivo de tornar os sistemas alimentares mais justos, saudáveis e ecologicamente equilibrados, estão ainda em curso discussões sobre as modalidades para a sua implementação, não sendo clara a prioridade para as políticas públicas alimentares locais e a sua governança.**

Ao mesmo tempo, não se vislumbra a necessária integração entre os objetivos da coesão social e ambientais para a agricultura, a qual pode ser executada com maior eficácia e eficiência a nível local. Situação relevante, quando se verifica que a assistência alimentar tem demonstrado ser essencial para garantir que parte da população em muitos Estados-Membros da Comunidade tenha acesso diário a alimentos. Porém, não está garantida uma articulação entre tais medidas e os recursos dos territórios locais em que são implementadas.

Importa assim, articular o cumprimento do direito humano à alimentação adequada na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Estas questões devem merecer maior atenção de Portugal e da Presidência Portuguesa, enquanto condição importante para permitir aos municípios terem uma liderança territorial da transformação do atual sistema alimentar.

Assim, o seminário tem como **objetivos:**

- Juntar autarcas, sociedade civil, setor privado, representantes da União Europeia e do Governo de Portugal, procurando criar consensos sobre este tema e construir condições para o realização do direito humano à alimentação adequada em Portugal e na Europa;
- Discutir a importância de novas políticas alimentares territoriais inclusivas e sua governança multinível, para a transformação do sistema alimentar e gerar recomendações para a sua integração na estratégia europeia "Do prado ao prato".

Programa

TEMPO	INTERVENIENTE	CONTEÚDO
Abertura		
09:30	Sara Rocha - ACTUAR	Boas-vindas e notas iniciais
09:35	Alexandra Nikolakopoulou – Chefe da Unidade - Farm to Fork Strategy, DG SANTE	Operacionalizar a estratégia “Do Prado ao Prato” no quadro do Pacto Verde a nível nacional e local
09:45	Rui Martinho - Secretário Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura de Portugal	O percurso de Portugal na construção do quadro institucional e de mecanismos de governança para a construção de sistemas alimentares sustentáveis
Diálogos à mesa		
09:55	Isabel Carvalhais - Membro da Aliança de Parlamentares Europeus Contra a Fome e a Malnutrição	Visão dos eurodeputados sobre a integração entre os objetivos de coesão social e os objetivos ambientais e de agricultura
10:05	ACTUAR e EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza	Resultados do trabalho participativo nos municípios piloto e necessidade de integrar preocupação com grupos sociais vulneráveis
10:20	Armindo Jacinto – Presidente do Município de Idanha-a-Nova	Limitações e obstáculos que os municípios enfrentam para desenvolver políticas alimentares locais
10:30	Grupos de discussão Facilitação: FIAN Portugal e ACTUAR	Poder local e sociedade civil (OSC)
11:10	Apresentação das conclusões	ACTUAR (OSC) e Município de São Pedro do Sul (poder local)
11:20	Discussão em plenária	
Encerramento		
12:00	Bruno Dimas - Subdiretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura	Palavras finais
12:10	Vítor Andrade - ANIMAR	Palavras finais
12:15	Joana Dias - ACTUAR	Palavras finais

Antecedentes e enquadramento do seminário

Esta é uma iniciativa promovida pela [ACTUAR](#), procurando mobilizar sinergias entre diferentes parcerias. O seminário é realizado no âmbito do projeto [“Alimentação é Direito!”](#) [âmbito nacional]¹ e do projeto [“Por uma alimentação saudável, justa e sustentável na Europa e no Mundo”](#) [âmbito europeu]², em colaboração com o projeto [“AlimentAÇÃO! - Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada”](#) [âmbito territorial]³.

O seminário é também inspirado nos resultados do evento [Territorial food systems and healthy diets: pathways for cooperation](#).

¹ Desenvolvido no quadro do Programa Cidadãos Ativ@sl, suportado pela componente *Active Citizens Fund* dos *EEA Grants* e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto, em parceria com a FIAN Portugal, a FIAN Noruega e a participação da REALIMENTAR.

² Desenvolvido no âmbito do Mecanismo de Subgranting do “Projecto Presidência - Por uma Europa aberta, justa e sustentável no mundo”, em parceria com a EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza e a FIAN Portugal, financiado pela União Europeia e implementado em Portugal pela Plataforma Portuguesa das ONGD.

³ Financiado pelo PDR2020, liderado pela ANIMAR, em parceria com o Colégio F3 de Universidade de Lisboa, os Municípios de Vinhais, Fundão e São Pedro do Sul e tendo como parceiros de apoio os municípios de Tavira, Torres Vedras e Idanha-a-Nova, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a FAO.